



Novíssimas guerras, novíssimas pazes.

Contributos feministas.

Tatiana Moura

Núcleo de Estudos para a Paz/Centro de Estudos Sociais

As décadas de 80 e 90 ficaram marcadas por profundas alterações nas referências de análise da conflitualidade internacional. As chamadas “novas guerras”, ou guerras da pós-modernidade, que ocorrem com maior incidência em Estados colapsados, vêm contrastar com um tipo de conflitualidade de matriz vestefaliana, que corresponde sobretudo à construção do Estado moderno, territorial, centralizado e hierarquicamente ordenado. Na opinião de Mary Kaldor, estas novas guerras correspondem a “[...] um novo tipo de violência organizada” que é diferente porque faz com que não se vejam “[...] as diferenças entre guerra (geralmente definida como violência entre Estados ou grupos organizados por motivos políticos), crime organizado (violência conduzida por

grupos de organização privada, com objectivos privados, normalmente o lucro financeiro) e violações massivas de direitos humanos (geralmente por parte de Estados ou por grupos politicamente organizados contra indivíduos)” (Kaldor, 1999: 16). Estas novas guerras, também apelidadas de “conflitos de baixa intensidade”, guerras privatizadas ou guerras informais, têm características substancialmente distintas das guerras “tradicionais”. De facto, como nos recorda uma vez mais Kaldor, nestas novas guerras não é fácil de estabelecer na prática “[...] a distinção entre o privado e o público, o estatal e o não estatal, o informal e o formal, o que se faz por motivos económicos ou políticos [...]” (*ibid.*).

Ao contrário das guerras tradicionais, que tinham a esfera pública como cenário da violência, nas novas guerras a sociedade civil é simultaneamente o palco e o alvo da violência organizada, que ocorre na esfera privada, privatizando a violência, os seus espaços ou territórios de actuação, os seus actores e as suas vítimas. Em inícios do século XX a proporção entre baixas militares e civis nas guerras era de 8 para 1. Actualmente essa proporção inverteu-se e a proporção entre as baixas militares e civis é de 1 para 8. São portanto guerras declaradas contra a dimensão privada das sociedades, silenciando a morte de milhares de pessoas. O que anteriormente era penalizado, como as atrocidades contra a população não combatente ou a destruição de monumentos históricos constitui, actualmente, um elemento fundamental das estratégias bélicas (Kaldor, 1999: 23). Ou seja, o que era considerado como efeito secundário indesejável e ilegítimo das velhas guerras tornou-se um elemento essencial na forma de luta das novas guerras, recusando limites normativos (*ibid.*: 131).

As unidades de combate envolvidas nestas novas guerras (públicas e privadas, que dificilmente se distinguem da população civil e que cada vez mais se caracterizam pela utilização de crianças-soldado), o uso alargado de armas ligeiras (que apesar de serem chamadas de armas de baixa tecnologia são mais fáceis de transportar, mais precisas, podem ser utilizadas por soldados sem formação especial), o recurso a novas tecnologias (como telemóveis e internet), os novos métodos utilizados para obtenção de controle político - como refere Mary Kaldor “[...] a ideologia não é importante, e os novos guerreiros estabelecem o controle político mediante a adesão a uma etiqueta, mais do que a uma ideia” (1999: 129) -, a criação e manutenção de um clima de ódio, medo e insegurança constituem algumas das principais características que distinguem este tipo de violência organizada das velhas guerras.

As novas características da violência fazem de facto com que as diferenças entre as zonas de combate e as zonas de paz aparente não sejam tão claras como em épocas anteriores e que, neste novo cenário, “[A]ssim como é difícil distinguir entre o político e o económico, o público e o privado, o militar e o civil, [seja] também cada vez mais difícil distinguir entre a guerra e a paz” (Kaldor, 2001: 143).

No entanto, estes espaços ou zonas de indefinição não são recentes. Ao longo do século XX (em particular na segunda metade do século) as baixas de “guerra” não ocorreram apenas durante conflitos armados tidos como tradicionais, em guerras com fronteiras perfeitamente nítidas. Como lembra Mary Kaldor, “[...] ao mesmo tempo que se viviam guerras assumidas enquanto tal, em particular na Europa, eclodiram conflitos nos quais morreram mais pessoas do que na II Guerra Mundial. No entanto, como estas

guerras não se ajustavam a uma determinada concepção de guerra, não foram tidas em consideração” (1999: 48), foram vistas como periféricas, marginais, “conflitos de baixa intensidade”, guerras irregulares e informais e portanto abafadas pela importância de conflitos considerados centrais. Mas estas formas de violência que *não se ajustavam a uma determinada concepção de guerra*, revelavam já os actores, técnicas e estratégias da nova conflitualidade que supostamente emergiu nos anos 80 e 90. A conceptualização destas novas guerras como *conflitos de alta intensidade* e a definição das suas características (ainda que com fronteiras permeáveis) transformou-as em “guerras a sério”, reconhecidas pela comunidade internacional enquanto tal. Temos vindo a assistir, portanto, a uma tendência para a materialização de uma nova geografia da violência organizada, a uma escala cada vez mais micro, com guerras locais que têm impacto à escala global.

Novíssimas guerras à margem das novas guerras?

Essa dinâmica de disseminação física da violência armada, a uma escala cada vez mais micro, está bem patente sobretudo nas zonas de indefinição, onde a guerra se confunde com a paz. Em sociedades que vivem processos de reconstrução pós-bélica dominados por preocupações de curto prazo e por um quadro de referências políticas, económicas e sociais de recorte neo-liberal, facilmente se opera uma transferência da violência militar anterior para uma violência social disseminada, em que o arsenal de cultura de violência acumulada ao longo de décadas jorra em violência armada organizada. Veja-se, por exemplo, o caso de El Salvador, que entre 1990 e 1995, após a

assinatura dos acordos de paz, testemunhou um aumento da taxa de homicídios de 79 para 139 homicídios por cada 100 mil habitantes. Como defende Briceño-León, começaram a registrar-se mais mortes na calma da paz que nas tormentas da guerra (2002: 13). Por outro lado, e mesmo fora destes contextos identificados de reconstrução pós-bélica, registam-se situações de hiper-concentração territorial de violência armada (organizada) em contextos mais vastos de paz institucionalizada e formal. Estarão a emergir “novíssimas guerras” nas entrelinhas, nas brechas das novas guerras? As guerras irregulares e informais da segunda metade do século XX foram o prelúdio das novas guerras. Estará a emergir agora um novo tipo de violência que, por não corresponder ainda a nenhuma concepção de guerra, é marginalizado e não é tido como relevante?

A minha hipótese é a de que neste novo tipo de conflitualidade se cruzam duas dinâmicas de sentido oposto: de um lado, uma dinâmica “descendente” traduzida numa “descida” da violência armada organizada cada vez mais ao terreno do doméstico; do outro, uma dinâmica “ascendente” que se concretiza na intensificação de formas ditas “tradicionais” de violência suburbana. A singularidade desta forma de violência distingue-a das chamadas “novas guerras”, ou de conflitos internos que têm lugar em Estados colapsados. Apesar das semelhanças em termos de objectivos (controle do território e de recursos estratégicos), a escala é diferente. Não se trata de conflitos territoriais ou por recursos que opõem grupos beligerantes que disputam ao Estado o monopólio do uso da força, mas sim de concentrações de grande intensidade de violência em territórios muito limitados, ou micro territórios (bairros, comunidades urbanas, zonas

suburbanas, dentro de um contexto nacional de paz aparente, institucionalizada e formal. Ao chamar “novíssimas guerras” a este tipo de conflito violento pretendo realçar esta diferença importante.

A América Latina é hoje porventura o palco mais expressivo deste ‘novo’ tipo de violência. Ele emergiu nos anos 80 e 90 e resulta da combinação de vários factores: a persistência de elevados níveis de desigualdade social, as taxas baixas ou negativas de crescimento económico, o elevado índice de desemprego e de emprego precário, o rápido crescimento das grandes cidades e das áreas metropolitanas, a homogeneização e inflação das expectativas dos jovens que nascem nas comunidades mais pobres, a ausência ou fragilidade de infra estruturas urbanas básicas, de serviços sociais básicos e de organizações da sociedade civil em bairros mais pobres, a disponibilidade crescente de armas ligeiras e drogas, a presença crescente e cada vez mais forte do crime organizado, a cultura da violência mantida e perpetuada pelo crime organizado e pelos meios de comunicação e, finalmente, o baixo nível de eficácia da polícia e de outras instituições do sistema de justiça criminal.

O Brasil é um exemplo claro de um país que vive este novo tipo de conflitualidade. Trata-se de um país que não está envolvido em nenhuma guerra oficial mas que apresenta, não obstante (em algumas regiões), uma das taxas mais elevadas de homicídio provocadas por armas ligeiras do mundo. Com o final da ditadura militar mantida pelas Forças Armadas, que assumiram o controle do país em 1964, o Brasil não se converteu numa sociedade mais pacífica. A agudização da violência urbana de tipo

directo, quantificável actualmente pelas estatísticas, resulta de violências estruturais e culturais que se enraizaram no país. Na opinião de Angelina Peralva (1999, *in* Lealdino, 2000: 91-92), a lenta transição para a democracia teve como consequência a debilidade do Estado e a sua incapacidade para controlar a violência, ainda que a segurança continue nas mãos da polícia militar, herdada da ditadura. A combinação de factores como o rápido crescimento urbano e a falta de infra-estruturas de habitação (que conduziram ao aumento de bairros ou comunidades pobres nas periferias das grandes cidades a partir de finais dos anos 60), a elevada desigualdade na distribuição de riqueza, o crescimento económico lento, a dependência de empréstimos internacionais, os baixos níveis de vida da população, a disponibilidade crescente de armas de fogo (o Brasil é o segundo maior exportador de armas ligeiras no continente americano e o quinto exportador do mundo¹), a emergência do narcotráfico e de grupos armados organizados (em particular no Rio de Janeiro), a incapacidade ou ausência de resposta por parte do Estado, a memória, a cultura e a prática da violência mantida e perpetuada pela polícia e por grupos de segurança privada são factores que estão na raiz da explosão da violência directa urbana que teve início em finais dos anos 80 e que se mantém até hoje, em particular na cidade do Rio de Janeiro. Tal como em sociedades que vivem um processo de reconstrução pós-bélica, as memórias da violência e a debilidade estatal contribuem para a emergência de um novo tipo de conflitualidade.

¹ António Rangel Bandeira, “Congresso Brasileiro aprova proibição de armas”, 10/12/2003, em www.vivario.org.br/publique/.

O Rio de Janeiro conta hoje com uma das taxas de homicídio mais elevadas do mundo. Entre 1991 e 2002 cerca de 90 mil pessoas foram mortas com armas de fogo. A população brasileira constitui 2,8% da população mundial, mas no país registaram-se, ao longo dos anos 90, entre 9% e 13% das mortes provocadas por armas de fogo registadas no mundo. A história e o rosto deste novo tipo de violência estão directamente relacionados com a emergência do narcotráfico, do tráfico de armas e dos grupos que os controlam. Apesar do tráfico de droga no Rio de Janeiro não ser recente (datando de inícios do século XX), somente em finais dos anos 70 e início dos anos 80, com a chegada de enormes quantidades de cocaína à cidade, ela passou a ser um ponto de passagem importante para a exportação de cocaína para os E.U.A., Europa e África do Sul (Dowdney, 2003: 25). As estatísticas demonstram que a violência armada directa, espelhada nas taxas de mortalidade, começou a aumentar justamente depois de meados dos anos 70: em 1980 registaram-se 1807 homicídios no Rio de Janeiro (ou seja, 35,5 homicídios por cada 100 mil habitantes); mas em 1989 este número aumentou para 3516, ou seja, 64,9 homicídios por cada 100 mil habitantes. Esta taxa manteve-se até ao ano 2000 (*ibid.*: 92).

Como em toda a América Latina as causas deste aumento têm uma relação directa com a disseminação e utilização de armas de fogo. No Brasil, entre 80 e 90% do número total de homicídios são provocados por armas de fogo. Em 1960 foram apreendidas pela polícia no estado do Rio de Janeiro 841 armas, mas em 1999 este número aumentou para 11633 armas ilegais, mais letais e tecnologicamente mais avançadas. Este aumento da apreensão de armas, a partir dos finais dos anos 80, “[...] acompanha a emergência das

facções de droga, a sua fragmentação, militarização e as disputas armadas pelos territórios, e também o aumento dos confrontos com a polícia” (Dowdney, 2003: 93). No Rio de Janeiro existem três *facções* de droga, ou grupos armados que disputam o controle territorial das comunidades pobres (favelas) com objectivos económicos de controlo do narcotráfico: *Terceiro Comando*, *Comando Vermelho* e *Amigos dos Amigos*. Seguindo os padrões e características já mencionados sobre a nova violência na América Latina, podemos constatar que no Rio de Janeiro, uma grande metrópole, a violência é específica de alguns bairros e não afecta de igual modo a população. Como afirma Luke Dowdney (2003: 94), “algumas regiões têm um número de mortes semelhante a algumas cidades da Europa e dos E.U.A., com menos de 10 homicídios por 100 mil habitantes, e outras regiões têm índices semelhantes a áreas em conflito armado ou em guerra (com índices entre os 100 e os 501 homicídios por cada 100 mil habitantes)”. Apesar das taxas de mortalidade provocada por armas de fogo, comparáveis às perdas sofridas e provocadas em muitas guerras contemporâneas, a cidade e o país não estão a viver uma “guerra” (Dowdney, 2003: 13). No entanto, as manifestações do comércio ilegal de droga no Rio de Janeiro supõem níveis de violência armada, taxas de mortalidade provocadas por armas de fogo, uma organização paramilitar, a territorialização geográfica, a dominação *política* das comunidades pobres e a participação das autoridades do Estado que atingem níveis que não se registam em nenhum outro lugar do mundo (*ibid.*: 239).

Os conflitos armados que ocorrem no Rio de Janeiro são protagonizados, por um lado, pelas facções de droga, que apresentam características e modos de actuação semelhantes. São estruturadas hierarquicamente (enquanto unidade armada organizada)

ao nível local. Têm objectivos económicos e não se distinguem por ideologicamente (apesar dos grupos terem códigos de comportamento, estruturas organizativas e noções de justiça distintos, têm em comum o objectivo económico de venda ilegal de droga na cidade, bem como estratégias semelhantes de dominação da comunidade e do seu território como base do poder). Enquanto grupo armado são financeiramente auto-suficientes pelo seu próprio objectivo e não dependem de outros crimes para se armarem. Apesar de não existirem diferenças ideológicas entre elas, as facções demonizam os seus rivais, doutrinando os membros da comunidade, e em particular os jovens, numa cultura de ódio e de medo ao “outro” (ou seja, das facções rivais e das comunidades dominadas por elas). As facções são territoriais, definem-se geograficamente através do domínio das favelas onde estão os seus pontos de venda. Controlam as comunidades de favela, num domínio imposto através de regras e castigos clandestinos. Constituem uma presença armada constante nas comunidades dominadas e possuem armamento de guerra. Recorrem a armas de fogo para perpetuar a violência, tendo como resultado um maior número de mortes do que as registadas em algumas áreas que vivem uma “nova guerra”. As crianças são (à semelhança do que acontece nas novas guerras), utilizadas pelas facções nas disputas territoriais armadas, nos confrontos armados com facções rivais e com a polícia. Em síntese, as situações em que ocorrem “novíssimas guerras” vêm exacerbar exponencialmente o *pluralismo jurídico tradicional* (Santos, 1997), adicionando-lhe uma componente de violência armada organizada, com efeitos quer *ad intra* quer *ad extra*, que passa a ser a base fundamental da existência de verdadeiros

micro-estados dentro do Estado, delimitados pela ordem e pela lei geral que é definida pelas facções de droga.

Uma vez que o Estado não é o alvo deliberado dos ataques das facções de droga no Rio de Janeiro, não se pode afirmar, à luz dos padrões conceptuais tradicionais, que a cidade ou o país vivam uma guerra. Apesar da organização paramilitar local, do objectivo de domínio territorial e político sobre espaços geográficos, do elevado número de combatentes armados (incluindo ex-militares) e da sua presença constante nas comunidades que dominam, das armas de utilização militar e dos índices de violência armada que matam muito mais do que 1000 civis e combatentes por ano, as facções do narcotráfico da cidade do Rio de Janeiro não se opõem nem têm interesse em assumir o lugar do Estado. São poderes simultâneos, e o Estado pode formalmente entrar e intervir em todos os espaços da cidade. E apesar de terem uma organização interna, códigos de conduta e uma cadeia de comando, as facções não estão estruturadas como organizações militares, onde todos os membros têm um mesmo chefe independentemente da unidade local que representam. Por isso mesmo não podem ser comparadas a grupos paramilitares organizados, como as FARC (Dowdney, 2003: 193-195).

A proposta avançada por Dowdney para situar as disputas territoriais das facções de droga no Rio de Janeiro é a de uma situação intermédia entre crime organizado e guerra, que ele designa por *violência armada organizada*:

[...] é uma situação intermitente de conflito armado que resulta em mais de 1000 mortes de combatentes e civis num período de um ano, resultante da acção de grupos armados não estatais, organizados ou semi-organizados, sem motivação política, religiosa, étnica ou ideológica, territorialmente definidos e que têm um controle efectivo sobre as comunidades que dominam, utilizando armas ligeiras e possuindo uma organização paramilitar a nível local, tendo em vista ganhos económicos ilegais. Utiliza para isso crianças e adolescentes como combatentes armados e eventualmente enfrenta o Estado recorrendo a violência armada quando o seu objectivo económico se encontra ameaçado, mas sem a intenção de substituir o governo do Estado ou de atacar o governo em busca de vantagens políticas ou territoriais (2003: 203).

Novas propostas

A conceptualização deste novo tipo de violência organizada que tenho vindo a referir, que ocorre a uma escala ainda mais micro mas que se manifesta, tal como as novas guerras, a nível global, tem duas finalidades: por um lado, tornar visíveis e “reais” contextos que têm sido considerados marginais, e que podem (tal como as novas guerras) constituir o prelúdio de uma conflitualidade (ainda) mais disseminada no futuro; por outro lado, lançar o desafio de pensar e encontrar novos caminhos que respondam às inseguranças provocadas por este tipo de novíssima guerra.

As análises feministas sobre violência, paz e segurança denunciaram há muito a construção social do sistema de guerra e de todas as Relações Internacionais. Um dos principais contributos da crítica feminista às RI foi de que a guerra (a sua conceptualização e a sua prática) corresponde a uma construção social produzida por um sistema de dominação – o patriarcado - que mantém, perpetua e é legitimado por relações de poder hierárquicas ou desiguais, que se manifesta em todas as esferas das nossas vidas. No entanto, este não é o entendimento de quem produz as teorias, os discursos e as práticas dominantes, e por isso mesmo as interpretações dos conflitos centram-se, em particular, no contexto macro-social. Do mesmo modo, são também macro as tentativas de resposta para inseguranças que, nessa visão dominante, se colocam apenas ao nível nacional ou internacional.

No entanto, a violência que ocorre na esfera considerada pública não se pode dissociar da violência que ocorre na esfera privada, uma vez que corresponde ao mesmo fenómeno que se manifesta em diferentes escalas. Neste sentido, a redefinição de segurança tem que ter em conta as várias dimensões e níveis de insegurança (ou manifestações de violência): o pessoal não pode estar separado do político e do internacional – a (in)segurança pessoal está relacionada com a (in)segurança internacional. Em finais dos anos 60 algumas feministas começaram a alertar para o facto de o pessoal ser político, ou seja, a defender que a subordinação das mulheres na esfera chamada privada está directamente relacionada com a subordinação das mulheres na esfera pública, e vice-versa. A dicotomia público/privado constrói-se à custa da desvalorização e silenciamento de tudo o que ocorre na esfera privada. Por isto mesmo a

reclamação do pessoal enquanto algo que é também político surge enquanto tentativa de subverter as relações de poder dominantes.

Ao analisarmos os rostos desta nova conflitualidade que se manifesta com particular incidência no Rio de Janeiro reparamos que os homens são desde logo as principais vítimas directas da violência armada. Por cada 24 homens mortos com armas de fogo no Brasil (com idade entre os 15 e os 29 anos) morre uma mulher (Amnistia Internacional, 2003). Sendo masculino, o rosto desta violência é também predominantemente jovem. A taxa de homicídios entre os jovens com idades compreendidas entre 15 e 29 anos foi de 239 por 100 mil habitantes, em 1999, registando-se um aumento do número de mortes entre os jovens com 10-14 anos (ou seja, há uma componente infantil crescente nesta faceta jovem da violência no Brasil, e em particular no Rio de Janeiro). O número de mortes de menores de 18 anos provocadas por armas de fogo no Estado do Rio de Janeiro é superior a algumas regiões do mundo que vivem uma *guerra*. Por outro lado, são também jovens e homens os principais agentes desta violência. Para isso concorre, a título principal, a mística da masculinidade (Fisas, 1998) e toda a simbologia das armas de fogo a ela associada e enraizada na cultura de violência que predomina na América Latina. Estes elementos simbólicos vêm associar-se aos demais factores já referidos para caracterizar a singularidade destas novíssimas guerras.

A contra-face deste rosto jovem e masculino da violência armada organizada é o protagonismo de mulheres nas respostas a [ela](#). A maioria das reacções organizadas de repúdio a esta novíssima guerra são protagonizadas por mulheres, que constituem um dos

colectivos mais afectados. O seu papel é cada vez mais importante, em particular nas tentativas de diminuição da procura de armas de fogo, nos movimentos de sensibilização da opinião pública, enquanto grupo de pressão sobre o governo e, em particular no caso do Rio de Janeiro, um importante movimento de reacção à violência armada. Consciente do peso da simbologia a ONG Viva Rio iniciou, no dia 13 de Maio de 2001 (Dia da Mãe, no Brasil), uma campanha de desarmamento intitulada “Arma Não! Ela ou Eu”. A organização actuou como veículo de facilitação e mobilização, tentando reunir, dar voz e expressão pública às mulheres de todos os sectores da sociedade brasileira numa luta conjunta pela redução da violência e pela entrega voluntária de armas. O fácil acesso e disseminação de armas de fogo na maioria das famílias como símbolo de protecção e de dominação é ainda uma prática comum. Num país com elevadas taxas de violência doméstica a mensagem escolhida para esta campanha era a de que as armas não são sinónimo de segurança, e por isso as mulheres uniam-se pelo desarmamento dos seus lares e do seu país. O que inicialmente se poderia explicar como uma estratégia de sobrevivência (para a sua protecção e das suas famílias) rapidamente se une a uma tentativa de conquistar um espaço na esfera pública.

O paradigma dominante de segurança analisa as causas e consequências das guerras a partir de uma perspectiva macro, de cima para baixo. Por isso mesmo as inseguranças e contributos das mulheres têm sido marginalizados. As análises feministas, por sua vez, têm adoptado uma abordagem de baixo para cima, analisando as causas e impactos da guerra a um nível micro, denunciando as hierarquias sociais que se

manifestam ao nível individual, nacional e internacional. Como defende Ann Tickner, a conceptualização da segurança com base no indivíduo permite a elaboração de uma definição global de segurança que vá além de distinções hierárquicas e binárias entre ordem e anarquia, entre dentro e fora (2001: 48).

A denúncia destes tipos de violência, com maior ênfase na subjectividade, representa um enorme contributo para as propostas de redefinição e de reconhecimento de zonas pouco nítidas, onde a (micro)guerra se dilui num aparente contexto de (macro)paz.

Referências bibliográficas

Briceño-León, Roberto (2002), “La nueva violencia urbana de America Latina”, *in* Tavares dos Santos *et al.* (eds.), 34-51.

Dowdney, Luke (2003), *Crianças do Tráfico*. Rio de Janeiro: 7 Letras.

Fisas, Vicenç (1998), *Cultura de paz y gestión de conflictos*. Barcelona/Paris: Icaria/UNESCO.

Kaldor, Mary (1999 e 2001), *Las nuevas guerras. Violencia organizada en la era global*. Barcelona: Tusquets Editores.

Tickner, Ann (2001), *Gendering World Politics. Issues and Approaches in the Post-Cold Era*. Nova Iorque: Columbia University Press.

Documentos consultados na Internet

Adorno, Sergio (1997), “Violencia y Criminalidad – Obstáculos al Desarrollo Humano. La criminalidad violenta urbana: dimensiones objetiva y subjetiva”, *PNUD 1997*, <http://www.pnud.org/ve/IDH97/violenciachodh.3.htm>, consultada em 15/12/2003.

AI (2003), <http://web.amnesty.org/web/wire.nsf/February2003print/Brazil>

Antônio Rangel Bandeira, “Congresso Brasileiro aprova proibição de armas”, 10/12/2003, em www.vivario.org.br/publique/.